

SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA: A ARTICULAÇÃO DO APH “MOVIMENTO PROFISSÃO DOCENTE” E OS GOVERNOS ESTADUAIS NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE¹

Pedro Antonio Soares Petri², Mariléia Maria da Silva³

1 Vinculado ao projeto “As contribuições de Lênin e Gramsci na análise das determinações das políticas educacionais no Brasil nas últimas décadas”

²Acadêmico do Curso de Pedagogia – FAED – Bolsista PROBIC.

³ Orientadora, Departamento de Pedagogia – FAED – marileia.silva@udesc.br.

O trabalho em tela analisa o Movimento Profissão Docente, uma coalizão de forças do chamado “terceiro setor” formada por organizações da sociedade civil conhecidas pela sua intervenção no campo educacional brasileiro. São elas: Todos pela Educação (TPE), Fundação Lemann, Itaú Social, Instituto Península, Instituto Unibanco, Fundação Telefônica Vivo, Fundação Lúcia & Pelerson Penido (FLUPP) e Instituto Natura. Desde sua fundação em 2017, o Profissão Docente se propõe a desenvolver pesquisas e recomendações de políticas públicas referentes à carreira docente no Brasil, atuando, muitas vezes, junto às redes de educação, e, dessa forma, articulando sua produção intelectual com a realidade do chão de sala de aula, a fim de melhor disseminar sua filiação teórica-metodológica acerca do tema. Nossa pesquisa parte da investigação do documento “Professores: recomendações de políticas docentes para os governos estaduais” produzido em colaboração com o Todos pela Educação (TPE) em 2022. Trata-se de uma análise documental, nos termos propostos por Evangelista (2012), com o objetivo de expor as filiações teóricas deste movimento, e, assim, compreender suas influências na formação de professores e na educação pública brasileira.

Encaramos a análise deste documento sob a luz do materialismo histórico-dialético. Assim, se mostrou necessário ir além da mera aparência do objeto, encontrando, a partir do movimento de suas contradições, aquilo que não é revelado nos belos discursos e slogans. Em outras palavras, situamos esse documento enquanto um produto de seu contexto social e histórico, imbuído de interesses de classe que perpassam não só o campo econômico, como também a construção dos consensos imprescindíveis para a manutenção da classe dirigente. Para desvelar as intenções do Movimento Profissão Docente em orientar políticas públicas para a educação brasileira, nos munimos dos aportes teóricos desenvolvidos por Antonio Gramsci (1831-1937). Compreendemos, portanto, a formação da sociedade civil nos termos do marxista sardo, isto é, como o campo em que os Aparelhos Privados de Hegemonia (APH’s) operam pela manutenção do domínio da classe dirigente sob os grupos subalternos - ou, em alguns casos, pela sua libertação. Em outras palavras, conceituamos APHs em concordância com Hoeweler (2020), como organismos privados que trabalham na sedimentação de um “terreno ideológico” a partir da base material em que atuam, garantindo o controle de uma minoria em relação a uma maioria. Desse modo, se torna justo tomarmos o Movimento Profissão Docente enquanto tal aparato burguês.

Partindo da concepção gramsciana de Estado integral (sociedade civil + sociedade política), devemos nos ater a atuação dos intelectuais orgânicos, assim dizendo, dos dirigentes políticos que organizam uma classe a partir de sua visão de mundo. No caso desta pesquisa, analisamos o movimento da fração burguesa que atua na educação brasileira, responsável pelo fenômeno de empresariamento da educação. Para Andrade e Mota (2022), mais do que uma educação comandada por empresários, a educação empresariada diz respeito à mercantilização e subsunção da educação ao capital. Este não é um fenômeno recente no Brasil, possuindo profundas raízes na educação brasileira, mas toma novas formas frente à complexificação da sociabilidade capitalista no atual momento histórico. Destacamos, assim, que os sujeitos por trás do Profissão Docente são qualificados enquanto intelectuais orgânicos da já citada fração de classe, e, conseqüentemente, como agentes do empresariamento da educação de novo tipo (*ibid*).

Nessa perspectiva, esta pesquisa se inicia pela própria investigação do Movimento Profissão Docente, partindo de questionamentos basilares, tais quais: quem são os responsáveis por este movimento? Como se relacionam com a educação brasileira? Qual a perspectiva teórica-metodológica acerca do tema da educação, adotada pelos autores do documento?

Uma breve análise do *site* oficial do Profissão Docente nos permite compreender seus objetivos gerais frente ao debate de formação inicial e continuada de professores. Contudo, não guarda grandes descobertas. O *site* é um prato cheio de senso comum. Advoga-se por uma formação docente de qualidade, por carreira atrativas, seleção qualificada de docentes e estágios de maior eficácia. Aqui já podemos destacar alguns pontos de interesse que serão aprofundados quando tratarmos do conteúdo do documento *per si*. Devemos nos ater com atenção a termos como “eficácia”, “qualidade”, e/ou “qualificada” em suas diferentes recorrências. O que *realmente* se deseja dizer ao escolher essas palavras? Palavras enunciam conceitos, mais ou menos visíveis, em estreita ligação ao locutor que as profere, revelando suas filiações e intenções para com o objeto a que se referem. A recorrência destes enunciados nos serve, portanto, como uma pista inicial para nossa investigação.

O exame do *site online* do Movimento também nos ensina um pouco sobre que tipos de conteúdos essa coalizão de APH’s produz. Como dito anteriormente, o Movimento versa sobre a temática da formação docente inicial e continuada, bem como a gestão educacional, valorização da carreira do magistério e estudos de casos (tidos como exemplos de sucesso em políticas públicas). Nos interessa aqui realçar a escolha dos estudos de casos, visto que cada um deles possui uma ligação, maior ou menor, com os demais APH’s que constituem o Profissão Docente. Exemplo a ser citado é a relação entre o caso de Sobral (CE) e a atuação do TPE. Isso denota uma estratégia de auto legitimação argumentativa, isto é, se utilizam dos próprios documentos, mesmo que escritos sob a alcunha de um APH irmão, enquanto referência para validar suas escolhas políticas e teóricas. Não entraremos em maiores detalhes acerca dos diferentes materiais produzidos pelo Movimento, ou mesmo a especificidade destes estudos de caso. Contudo, não percamos de vista que estas produções demonstram, ainda que de forma embrionária, uma ligação entre a perspectiva teórica desenvolvida pelo Profissão Docente e os APH’s que o compõe, e a implementação de tal perspectiva no chão da sala de aula, ou seja, sua articulação com o sistema de educação básica.

Quanto ao documento, vemos que este é assinado por 37 nomes, contando com a participação de rostos familiares atuantes nos mais diferentes grupos na sociedade civil, como Priscila Cruz, co-fundadora do Todos pela Educação (TPE), e Maria Helena Castro, socióloga aposentada da Unicamp com grande vínculo com o TPE e outros APH’s, como o Movimento pela Base (MpB), Instituto Península e Instituto Braudel. A análise do currículo e formação destes 37 nomes revela

outro dado importante sobre o Profissão Docente: a esmagadora maioria dos intelectuais escolhidos para funções de grande relevância à produção deste documento, possuem grande parte de sua formação atreladas a campos de saber alheios à pedagogia ou demais licenciaturas. Os auto proclamados “especialistas da educação” se revelam como estranhos ao estudo do próprio objeto que se dispõem a escrever. Se faz necessário destacar, no entanto, que a pesquisa em educação se mostra valiosa para estes intelectuais apenas quando esta se alinha à sua concepção pedagógica, e do próprio fazer científico, como veremos adiante.

No que se refere à organização e ao corpo de nossa empiria, procuramos evidenciar os achados em cinco propostas direcionadas para políticas de formação docente aos governos estaduais: o documento apresenta recomendações acerca dos estágios supervisionados e obrigatórios, seleção de professores, desenvolvimentos do professor ingressante e estágio probatório, carreira do magistério, e, por fim, política de formação continuada. Alguns temas foram recorrentes por todas as propostas ostentadas em sua redação, dos quais trataremos separadamente a seguir.

O primeiro ponto, caro à nossa análise, é o protagonismo da figura do professor responsabilizado pela aprendizagem de seus alunos. Em outras palavras, percebe-se, em um primeiro momento da leitura do documento, uma dita “valorização” da figura docente, uma vez que esta é considerada como central no processo de aprendizado, mas que acaba por se transformar na culpabilização (direta ou indireta) desses mesmos docentes pelo baixo desempenho em avaliações externas aplicadas nas escolas. Essa tendência, presente por todo o documento, se mostra mais nítida quando se traça o paralelo entre a aprendizagem e as “boas práticas” dos docentes, logo na segunda proposta. Compreendemos, partindo de Pronko (2015), que o termo “boas práticas” não só provém da gestão empresarial, como também, é adotado por Organismos Internacionais (tais quais OCDE e BM) e transposto para o campo educacional, aferindo uma concepção de procedimentos “eficientes” ao processo educativo. Essa tão referida eficiência seria quantificada a partir dos já mencionados instrumentos externos de avaliação, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), ou a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS).

Deste ponto podemos problematizar outra questão que concerne a esta pesquisa - ainda tratando das recomendações propostas pelo documento. Ao tratar dos estágios remunerados (proposta um), os autores afirmam que concessão de bolsas para estágio remunerado, a partir do desempenho acadêmico dos futuros professores, é uma política de sucesso em países de alto desempenho no Pisa, fundamentando a arguição pelo estudo *Flying Start: Improving Initial Teacher Preparation Systems* da OCDE (2019). Este estudo, bem como as demais referências bibliográficas do documento, são ótimos exemplos do que Minto (2023) discorre ao tratar da educação baseada em evidências (EBE). A EBE é uma tendência disseminada pela Organizações Internacionais supracitadas que, segundo o autor, servem como instrumento para enfraquecer a estrutura que garante as condições de trabalho do professorado, impondo uma agenda global nas realidades locais, sob a desculpa de promover uma melhoria na qualidade da educação baseada em dados empíricos ditos “universais”. Aliada aos discursos de baixa qualidade da educação brasileira nos índices internacionais, pesquisas “baseadas em evidências” se mostram como uma alternativa milagrosa para guiar o desenvolvimento social do Brasil (Chizzotti, 2015; Minto, 2023). Assim, estas pesquisas são utilizadas como ferramenta política na tomada de decisões de política públicas, buscando replicar “o que funciona” (*what works*) e as “boas práticas” que promovam a promoção de competências no fazer docente (*ibid*).

Um caso de política que sofreu influências semelhantes às presentes no documento em análise, é a criação do Programa de Bolsa Estágio Formação Docente (PBEFD), do estado do Espírito Santo (ES), instituído em 2010 a partir do decreto nº 2.563-R. O PBEFD é citado pelo Profissão Docente enquanto uma inspiração para sua proposta de estágio remunerado - dentre outras iniciativas do

Governo do Espírito Santo em relação à educação. Segundo Leal (2019), em concordância com Ball (2014), há um tipo de relação dialética entre os receituários políticos produzidos pelos Organismos Internacionais e a determinação de políticas locais. Vemos que o PBEFD é um exemplo nítido desta relação, não apenas tomando para si os debates e argumentos gestados por estes Organismos, mas também os adaptando para sua realidade. De forma semelhante, as demais iniciativas do estado do ES citadas pelo documento, tal qual a bonificação por resultado tratada na proposta quatro, servem de exemplo da precarização do trabalho docente, como apontamos anteriormente ao tratar da EBE.

A utilização de pesquisas do campo educacionais fundamentadas em “evidências”, concepção hegemônica dentre os estudos e materiais produzidos pelos Organismos Internacionais supramencionados, demonstra uma articulação do Movimento Profissão Docente para além dos APH’s que o compõe, revelando um alinhamento da fração burguesa nacional à burguesia internacional. O Profissão Docente (re)produz e dissemina consensos, mascarados por um positivismo vulgar, a fim de implementar e justificar aplicações anteriores de projetos que precarizam a formação docente e a carreira do professorado, adequando estas às necessidade do capital (inter)nacional. Para além da aparência, percebe-se que a centralidade dada à figura do docente pelo Movimento, o considera como mero capital de investimento, à espera de um retorno quantificável em aplicações estatísticas de desempenho de aprendizagem no futuro mais próximo.

Palavras-chave: Gramsci. Educação. Profissão Docente.